

Título: Representações sobre a ascensão na carreira académica em Portugal

Emília Rodrigues Araújo¹

As perguntas que orientam esta comunicação são as seguintes: Quais são os factores que, na opinião dos docentes do ensino universitário público⁰, mais afectam a ascensão na carreira académica em Portugal? Até que ponto são essas representações modeladas por outras variáveis e factores? De que modo estão relacionadas com as representações sobre o processo de doutoramento? Como é possível problematizar essas representações à luz dos desenvolvimentos da Sociologia do Tempo? Tenho por base, sobretudo, um inquérito por questionário levado a cabo entre Junho e Setembro de 2003 em duas universidades portuguesas. O referido inquérito insere-se no âmbito de um estudo que realizamos sobre os usos e representações sobre o tempo de dispensa de serviço docente para preparação do doutoramento. Dos 1800 questionários enviados, foram recebidos 273 (118 respondidos por pessoas do sexo masculino e 120 do sexo feminino) e é sobre este total que recai a análise da temática proposta neste artigo que obedece, por efeitos de representatividade, a reservas metodológicas.

O propósito deste texto é apresentar um esboço de modelo de análise das representações dos docentes do ensino universitário público sobre os factores que mais influenciam os processos de mobilidade académica. Dados os limites sugeridos para a extensão do texto, debruço-me aqui sobre as relações entre capital social e tempo, de forma a demonstrar as relações mais fortes entre ambos os conceitos. Neste quadro, deixo para a apresentação oral a revelação dos resultados da investigação mais pertinentes para a problematização desta relação.

O capital social

Os processos de mobilidade na carreira académica, muito relacionados com os de mobilidade social, têm sido objecto de vários estudos, uns mais radicais do que outros mas todos enfatizando o peso do capital social como factor estruturante da constituição

¹ Assistente no Departamento de Sociologia da Universidade do Minho.
O estudo mencionado refere-se ao projecto Ref. nº 33677/POCTI/00 financiado pela FCT / programa POCTI. http://www.ics.uminho.pt/sociologia/inv/proj_inv_era.htm

da notoriedade e do reconhecimento. A primeira análise dos resultados obtidos evidencia a importância, ao nível das representações, justamente, do que denominamos “*ter relações privilegiadas com pessoas que têm poder*”. Apesar de este se apresentar como o factor dominante, há contudo, outros, como o “talento”, a “vocação” e o “esforço” que são assinalados pelos inquiridos. Portanto, além de discutir a tendência das respostas, interessa perceber o lugar que ocupa cada um dos factores no universo das representações, assim como a influência de outras variáveis, de forma a compreender melhor a complexidade do objecto.

Os resultados obtidos através de inquérito por questionário confirmam uma hipótese já largamente aventada na área na sociologia, segundo a qual, no contexto dos processos de mobilidade académica, o capital social e ou relacional ocupa um lugar central. A *fenomenologia da vida quotidiana* tem - nos ensinado a pertinência das relações privilegiadas e das redes para a construção dos dispositivos de reconhecimento de legitimidade científica num campo que, assim, se converte em “mercado” (Bourdieu, 1976;1984;1993). Donde, aspectos como a valência da selecção meritocrática, os efeitos e os processos *ilusórios* desta (Bourdieu, 1993), assim como a elevada permeabilidade das relações académicas e científicas aos mecanismos de patrocínio (Bourdieu, 1984; Becher, 1996), que estão acoplados às redes de relacionamento de interdependências emocionais, estejam latentes sempre que a actividade académica é tida como objecto de análise. Numa abordagem crítica, Bourdieu define, problematiza e descontrói o funcionamento dos capitais cultural e económico como eixos de reprodução dos lugares de classe e designa o capital social como um conjunto de recursos manifestos ou potenciais que estão ligados à posse de relações duráveis entre relações mais ou menos institucionalizadas de reconhecimento (Adam et Roncevic, 2003:159). Na teoria de Bourdieu, o capital social forma uma espécie de “bolsa de crédito” capaz de ser usada e ou invocada em qualquer momento pelo actor e, por isso, integra um tipo de racionalidade estratégica (Bourdieu,1984)². De forma geral, aceita-se que capital social significa “capacidade de assegurar os benefícios em virtude da participação em redes sociais ou outras estruturas sociais (Coleman, 1988, Portes, 1998: 6 *cit in* Walters, 379).

Como explícita Portes (1998), a partir de uma distinção entre as abordagens de tipo mais Parsoniano e integrativo e as de tipo crítico, a natureza e o uso do capital

² No livro *Homo Academicus*, Bourdieu refere-se explicitamente ao poder de fazer esperar por parte dos detentores da autoridade legítima (Bourdieu, 1984:119).

“relacional”, que comporta uma plêiade de acções tendentes a reforçar ou a impedir a emergência de desigualdades relativas à profusão e ao uso de recursos (de poder), não são necessariamente nem perversas nem neutras (*legítimas* e ou *ilegítimas*). O que é certo é que cada vez mais, e de forma mais ou menos ideológica ou mais ou menos desencantada, se vem aceitando a tese de que os capitais relacionais (à escala *regional* ou *global*) são fundamentais, não apenas na ascensão individual na carreira, mas também na própria projecção do conhecimento (e refiro-me em particular à universidade e às instituições de ensino e de investigação), como se encontra sucessivamente evidenciado no contexto do Ensino Superior Europeu (Mercer, 1999).

Entre os vários estudos que evidenciam os contributos do capital social, destacam-se os de Putman (1998) e os de Granovetter (1973;1985) que enfatizam a importância do estabelecimento de laços *fracos*³ que contribuem para a expansão das redes comunicacionais e para a abertura da comunidade/grupo aos outros, seja num sentido abrangente, como aquele relativo à relação entre sistemas, seja num sentido mais fenomenológico como o que se relaciona com as relações de inter - conhecimento entre indivíduos, famílias e ou grupos (*cit in* Sandefur et Laumann, 1998: 485). Nesta perspectiva, o capital social, adquirindo um sentido económico, mas mantendo-se do lado da re-descoberta do *sentido* das relações sociais, pode ser definido como um conjunto de relações que minimizam os custos de transacção (Szreter:294, entre outros autores do *novo institucionalismo*). É nesta óptica que o capital social se tem conceptualizado mais recentemente como um dos principais eixos de desenvolvimento, e de *sobrevivência*, de indivíduos, de grupos, de comunidades e de sociedades. É aliás nesta perspectiva que se tem intensificado o debate à volta da relação entre Sociedade Civil e Estado, alargando-se o âmbito de visão sobre o grau de participação pública dos cidadãos na resolução (co-resolução) dos problemas, assim como em redor da solidariedade e da importância da moral⁴. Os estudos de Putman (1993) são especialmente indicativos sobre a importância da densidade social na construção do compromisso e confiança mútua entre cidadãos (*cit in* Sandefur et Laumann, 1998:

³ Esta abordagem mostra como em certas ocasiões, por exemplo na procura de emprego, as relações com pessoas “conhecidas” acabam por ser muito mais relevantes e importantes do que os amigos e familiares mais próximos porque os primeiros dominam, em principio, informação diferente e pertencem a círculos que são desconhecidos quer pelo pretendente, quer pelos amigos mais próximos.

⁴ Uma das teses mais recentes que faz emergir os mais “antigos” debates sobre a identidade ocidental é aquela que coloca em choque frontal o progresso do liberalismo económico e a desmoralização ocidental.

485). A temática do capital social pode ser problematizada ao longo de diversas escalas e, no limite, implica inevitavelmente um regresso ao debate sobre as bases e a sustentabilidade da democracia (Adam et Roncevic, 2003:156). Na sua origem, e independentemente do tipo de objecto empírico analisado, o capital social é conceptualizado como constituinte duradouro da estrutura social. Na procura de uma síntese acerca do conceito, um conjunto de autores afirma que esse “constituído” da estrutura não é mais do que a rede de relacionamentos que podem assentar em relações de autoridade formal (definida num circuito de poder numa organização), ou basear-se em relacionamentos de tipo mais afectivo, como a vizinhança, amizade, amor (Sandefur et Laumann, 1998: 482). Num como noutro caso, o capital social implica a existência de uma rede de benefícios (influência, controlo e solidariedade) que podem dirigir-se a um ou mais actores e que, normalmente, existem em potência não se manifestando de imediato nem de forma persistente “(...) her potential social capital is both the contact she herself holds and the way which those contacts link her to the other patterns relations” (Sandefur et Laumann, 1998: 484). Segundo os autores, na modalidade egocêntrica, o capital social caracteriza-se pelo tipo de relacionamentos que o individuo mantém directamente com outros, assim como pelas relações que esses terceiros são capazes de proporcionar. Na modalidade sociocêntrica, o capital social diz respeito, em específico, ao lugar que o individuo ocupa numa determinada estrutura de relações (posições relativas) (Sandefur et Laumann, 1998: 484).

Não obstante a complexidade envolvida, há autores que se tem aventurado na procura da medição do capital social, como Narayan e Cassidy que fazem uma operacionalização do conceito especialmente adaptado ao contexto do Uganda e do Gahana (2001). Apesar da decomposição do conceito variar necessariamente de objecto para objecto, há algumas dimensões que são transversais e por isso devem ser tidas em conta quando se pensa, justamente, no facto da densidade do capital social afectar drasticamente o desempenho do indivíduo ou do grupo e, assim, actuar na redução (aumento) da duração das acções.

O acesso, a quantidade e a fiabilidade da informação são aspectos cruciais na constituição do capital social e na *conversão* deste (como que através de um processo alquímico) em qualidade de desempenho (e até em mérito ou *dom*) como o faz ver Bourdieu (1993). O exemplo da procura de emprego já foi citado mas, na mesma linha,

podem citar-se estudos sobre a promoção na carreira em que, de um ponto de vista estrutural, se intenta provar como o arcaboço de relacionamentos possuído (não necessariamente ligado a relações de confiança efectiva entre elementos ou sequer de amizade) faz toda a diferença na redução de tempo entre etapas da carreira (Sandefur et Laumann, 1998: 486-7). É nesta medida que faz sentido falar em *género* do próprio capital social (Burt, 1998:18-9). Dada formulação normativa dos estatutos e papéis das mulheres e dos homens em sociedade, defende-se a tese de que os segundos dispõem de mais tempo para estabelecer redes e nelas investir, ainda que de forma não permanente e são, de certa forma, encorajados a investir nas redes de relacionamento (relembremos que estamos a falar do ponto de vista estrutural e em termos de laços *fracos*). Burt chega à conclusão de que os homens que pertencem a redes altamente estruturadas incluem significativamente menos mulheres nos seus contactos (Burt, 1998:20). Mais do que uma questão de acesso (e de segregação), as teses indicam, na esteira aliás do que se pode pensar em relação à desigualdades produzidas por efeito de classe, etnia ou idade, que a ausência de legitimidade de pertença às redes seja compensada pelo investimento estratégico em empréstimo de capital social realizado a pessoas que estão numa posição estrutural superior numa dada rede de relacionamentos: “o parceiro estratégico em redor do qual a rede hierárquica se define, tem de estar suficientemente perto para apoiar o subordinado, mas suficientemente distante para nele confiar diariamente e para sobre ele exercer autoridade” (Burt, 1998:28) . Ainda na mesma linha, situa-se a tese de que a promoção (redução de tempo entre etapas) está assim directamente ligada à combinação de uma forte relação com o “patrono”, assim como à natureza e hierarquia da rede que aquele domina (Burt, 1998:33). Sempre que se verificam estratégias deste tipo, a fronteira entre a legitimidade e a ilegitimidade no uso do capital social é muito ténue e ainda que aceite do ponto de vista formal, pode vir a levantar sérios problemas em termos de reconhecimento da autoridade de tal uso.

A meritocracia⁵ é colocada em causa por diversos estudos que reforçam o condicionamento da pertença social na construção das capacidades cognitivas (nomeadamente de aprendizagem) dos indivíduos. Numa linha bastante normativista e

⁵ A meritocracia assenta na ideia da igualdade de oportunidades e sugere que a ascensão social se faz com base no esforço e na habilidade individual e não na valência do estatuto sócio económico dos pais para desenvolver competências. No seio das sociedades capitalistas ela assume-se de forma normativa como “um ideal” (Galindo-Rueda et Vignoles,s/d).

no âmbito específico da literatura sobre o capital social, pesquisas há que mostram como o controlo social exercido pelos pais sobre os filhos, seus relacionamentos, assim como professores e matérias leccionadas contribuem para o aumento da familiarização e construção do “à vontade” (Bourdieu:1993) que faz a diferença no cumprimento dos objectivos escolares e na entrada na rede de relacionamentos que potenciam a mobilidade social (Galindo-Rueda et Vignoles, s/d). É claro que os autores que se dedicam em especial à temática da desconstrução destas redes de “monitorização” acabam por revelar como essas formas de controlo e de incentivo acabam também por ser fonte de vigilância e de alguma asfixia identitária quer sobre as crianças, quer sobre os adultos (Sandefur et Laumann, 1998: 488).

O capital social implica tomar em consideração uma das dimensões fundamentais do poder, tal como apontadas por Foucault () que consiste em tomá-lo como relacional e difuso, penetrando as redes de relacionamento e no controlo de pessoas, recursos e ou ideias entre outros elementos. É nessa linha que a confiança, as obrigações, as normas e os valores afectam directamente a *densidade* das relações sociais, isto é, a espessura e a forma das relações, bem como o interesse e o compromisso entre si. Por isso, o capital social, amplamente relacionado com a manipulação de informação e com a intersecção de redes de influência e de controlo sobre os outros e sobre as situações, encontra-se ainda largamente relacionado com os índices de solidariedade, cujo elemento mais saliente é a existência de um ganho colectivo. Este tópico especial do capital social é mais notoriamente tratado em temáticas como a economia informal, as economias periféricas, as culturas minoritárias e os processos de segregação e de marginalização (Boisjoly, Duncan, Hoofferth, 1995). Mas também é realçado nos estudos sobre o progresso dos indivíduos nas respectivas carreiras, como por exemplo, a importância das redes informais de solidariedade na execução do trabalho e cuidado doméstico que libertam o indivíduo para actividades directamente relacionadas com a sua “profissão” (Seron *et* Ferris, 1995, Araújo, 2004: 128 e ss). Nesta medida, sem descurar a natureza “social” do laço, o que acaba por estar em causa é a dimensão económica das próprias relações de solidariedade (Boisjoly, Duncan, Hoofferth, 1995:619). Este assunto (relações de dependência) é, portanto, bastante lato. É possível dizer algo em consonância com a tese de Castells (2001) e de Giddens (Giddens, 2000 *cit in* Adam et

Roncevic, 2003: 175)⁶ e de outros autores especialmente conotados com o estudo da extensão e repercussão das tecnologias de informação e comunicação e com os processos de difusão de informação sobre as experiências do espaço e do tempo (Wellman, Haase, Witte, Hampton, 2001). Importa destacar a ideia de que nos contextos organizacionais, mais notoriamente daqueles que cada vez mais recebem a sua legitimidade em função da rapidez com que tratam da produção e difusão de conhecimentos (Cardoso, s/d), o capital social, materializado em relações de tipo mais *comunitário* (Walters, 2002: 403) de colaboração (*colegialidade*) e de confiança, que passam pela divisão de trabalho e de competências, é altamente benéfico e produtivo (Sandefur et Laumann, 1998: 482). Isto porque se considera que actua na redução do individualismo e egoísmo na tomada das decisões que afecta o desempenho do todo (Walters, 2002). Interessa ainda destacar, desta plêiade de definições, que o capital social não constitui uma realidade fácil de conceptualizar, de medir e de formular com clareza. Como realçam Adam e Roncevic, convém perceber que o capital social afecta positivamente a acção (*facilita-a*) (Adam et Roncevic, 2003: 160). Isto quer dizer o capital social não se constitui apenas *dentro* das relações entre indivíduos e grupos que pertencem a uma rede que se organiza de forma hierárquica em termos de distribuição do poder e da autoridade, mas significa também que deriva igualmente de “infra estruturas sociais que facilitam as acções individuais e colectivas (Foley et Edwards, 1999:154 *cit in* Adam et Roncevic, 2003: 160).

O tempo e o capital social

Quando falamos em tempo (social), que pode ser sempre sujeito a um debate em torno da ênfase normativista ou crítica, deve reter-se um conjunto de características básicas a partir das quais se pode falar de algo mais complexo. O sentido “social” do tempo deve-se à capacidade de este instituir padrões de comportamento pelos quais os

⁶ Os autores Adam et Roncevic, realçando o papel do capital social no aumento das sinergias e dos níveis de coordenação citam particularmente a ideia de Giddens segundo a qual a existência e a manutenção de diferentes redes na base da reciprocidade, confiança e prontidão para cooperar são a pré - condição para a transferência e disseminação do conhecimento e da inovação (Giddens, 2000 *cit in* Adam et Roncevic, 2003: 160). Relembremos que as teses sobre a reciprocidade implicada nas redes de relacionamento que se possam considerar “capital social” aparece trabalhada por autores anteriores a Giddens. Além de Bourdieu a ela se referir sobretudo no que respeita à análise da cultura *Cabila* e à lógica da reprodução, também Mauss a havia referido os seus estudos de índole mais antropológica assim como Simmel também se debruçou sobre ela a propósito da confiança e do segredo.

indivíduos organizam a vida no seu dia-a-dia e estabelecem planos mais ou menos nítidos sobre a sua biografia. Lauer (muito baseado em autores como Moore, Merton e Gurvitch) decompõe a estrutura do tempo social em cinco grandes dimensões que, em comum, têm o facto de actuar, justamente, sobre as decisões dos indivíduos (Lauer,1981:28-30). Em primeiro lugar, deve-se ter presente que o tempo social é marcado por um determinado nível de periodicidade que se encontra relacionada com o ritmo e com a própria actividade cíclica dos eventos que ocorrem no plano fisiológico, no psicológico, no económico e no social (o dia, a semana), sendo que a periodicidade é um aspecto inexorável da vida humana, afirma Lauer (1981:29). Outra das dimensões de tempo social é a de *tempo (compasso)* e refere-se, em particular, à adequação entre o tipo de evento ocorrido e o grau de lentidão ou aceleração temporal percebida. Este aspecto é particularmente pertinente quando se trata de observar os processos de transição e de mudança que impliquem compassos de espera e de preparação curtos que impossibilitem a preparação antecipada por parte dos indivíduos, grupos ou sociedades (Lewis *et* Weigert, 1981:449). A sincronização é outra dimensão estruturante do tempo social e refere-se ao ajustamento de dois ou mais processos no sentido de não entrarem em conflito (Lauer, 1981 :33). A duração é uma das dimensões mais complexas do tempo social na medida em que é muito regulada por mecanismos de avaliação psicológica. Em sociologia, interessa, no entanto, realçar o modo como, pelo menos no esquema temporal industrial e normalizado, a duração de grande parte dos eventos e das acções da nossa vida quotidiana (mais ou menos pública) e biográfica, é esperada antecipadamente. Na esteira de Merton, pode afirmar-se que os conteúdos das acções estão previamente determinados pela duração previamente conhecida dos mesmos (Merton *cit in* Lauer, 1981: 34). Acontece ainda que o tempo social se objectiva não só em arranjos e ajustamentos, mas também em relações de poder e isso quer dizer que nem todas as acções (sejam elas mais ou menos necessárias), podem acontecer no mesmo tempo e nem todas elas derivam de um sistema (ou individuo) com o mesmo poder social. Assim se antevê que seja imprescindível estabelecer uma sequência, cuja grande função é ordenar a ocorrência dos eventos e, dessa forma, criar uma hierarquia , isto é, uma estratificação entre estes (Lewis *et* Weigert, 1981:452). Para além destas dimensões, deve ainda referir-se o tipo de orientação temporal característico dos indivíduos, dos grupos, das sociedades e sempre apreciado em termos diacrónicos. Por

orientação temporal denomina-se a orientação básica transportada e activada em relação a um passado, a um presente e a um futuro que influi directamente sobre o comportamento e sobre as expectativas dos indivíduos (Laurier, 1981:35-0). Conclui-se, assim, que o tempo é uma das dimensões constitutivas das tramas sociais e, nessa medida, é não só o campo onde se passam as relações interpessoais, como se refere ao processo de *endurance* pela qual as estruturas em que encaixam os capitais sociais se desenvolvem (sentido *network* ou pirâmide). À parte da decomposição que realizei seguindo muito de perto autores como Laurier, importa agora perceber de forma mais explícita a relação entre tempo e capital social que só se faz reactivando o que disse no parágrafo anterior e optando por uma linha de análise de tipo mais Durkheimiano. No seguimento das suas análises, Lewis e Weigert definem três proposições acerca do tempo social que, no seu conjunto, elucidam sobre o entrelaçamento entre tempo social e capital social, uma relação que assimila, por sua vez, a dinâmica sugerida pela própria sincronização que, desta feita, implica a solidariedade (Lewis *et* Weigert, 1981:452-3). Das três proposições que gravitam em redor da tese da escassez de tempo, destaco para efeitos desta comunicação, a primeira que afirma o seguinte: *Quanto maior for o número de eventos que se entrelaçam entre dois pontos do tempo físico, menor é a distância temporal percebida entre esses mesmos dois pontos* (Lewis *et* Weigert, 1981:452). Os autores citados são claros quanto à relação entre o grau de escassez temporal percebido pelos indivíduos e o sentido e o significado embebido nas durações temporais das acções e dos eventos. Com efeito, a manipulação e a gestão da escassez de tempo passa frequentemente, como disse, pelas acções de sincronização, de sequência e de estratificação. Mas pode também passar pela intensificação da densidade (isto é do número de eventos a ocorrerem no mesmo tempo) que implica uma rede de interdependências entre eventos e entre actores.

O capital social, mobilidade e tempo

Quando se relaciona o capital social com os processos de mobilidade introduzindo a dimensão temporal, estamos, portanto, a falar em intervalos (entre níveis) definidos por pontos temporais entre os quais se entrelaçam em maior ou menor grau acções e eventos de tipo mais ou menos estratégico⁷ que influem no controlo da escassez

temporal que medeia entre os dois pontos e, assim, possibilitam uma transição entre níveis de tipo rápido ou lento. Neste caso, estamos a falar de dois tipos distintos (mas relacionados) de intervalo: a ascensão na carreira académica, em sentido lato, e a obtenção do grau de doutoramento, em sentido estrito, sendo que o capital social, agora relacionado com o tempo, surge como o conjunto de recursos (e rede de dependências) que actuam na *redução* dos compassos de espera entre as diferentes (e sequenciais) etapas na carreira académica.

Como disse anteriormente, o capital social relaciona-se amplamente com a manifestação de mecanismos e de valências que incluem aspectos simbólicos relevantes que são geridos nas relações entre agentes no campo. Com efeito, apesar de a carreira académica aparecer delimitada por etapas que são conhecidas antecipada e formalmente pelos diversos participantes, o poder e a autoridade distribui-se por via de circuitos muito ligados ao exercício do poder carismático e tradicional, o que faz com que o tempo, naquilo que se prende com uma das mais características relações na academia, a relação entre “aprendiz” e “mestre”, seja marcado por um nível elevado de incerteza. Bourdieu, que define “patrono” como alguém capaz de ter o sentido apropriado do jogo no sentido de controlar o “cliente” ao mesmo tempo que o encoraja e evita que se alie a possíveis concorrentes (Bourdieu, 1980: 121), afirma explicitamente que o poder universitário está na capacidade de agir sobre as esperanças (119;125). A gestão do tempo entre etapas obedece assim a “escolhas” que estão em parte determinadas por mecanismos que podem de facto corresponder à manifestação do mérito (capacidades individuais) ou ser uma espécie de *tradução* de capitais herdados (relativos à origem social). Seja considerando este ponto de vista mais radical, seja tendo em conta uma interpretação de tipo mais holista, o certo é que o tipo de capital social (rede de dependências) e sua manipulação implicam a tomada em consideração do tempo como recurso em dois planos da acção: por um lado, em relação à acção de controlo diário no sentido da diminuição *legítima* das durações (de espera) entre etapas ou pontos referenciais e, por outro, em relação ao investimento de tempo não necessariamente em actividades directamente inscritas e delimitadas pelas funções e competências científicas, mas em actividades de tipo relacional e simbólico (Bourdieu, 1980). As representações dos indivíduos sobre os próprios processos de mobilidade académica e, paralelamente, sobre os factores que afectam a duração dos diferentes intervalos previstos na carreira académica e que constituem tempos

“socialmente esperados” são fundamentais para a desconstrução do *modos operandi* do capital relacional no espaço académico. Porque o assunto é muito abrangente tomei como dimensões básicas de análise nesta comunicação três pontos, cuja análise empírica remeto para a exposição oral: i) as representações sobre os factores influentes na promoção académica em Portugal; ii) as representações acerca da extensão no tempo dos doutoramentos e iii) representações sobre o grau de integração das investigações de doutoramento.

Algumas reflexões finais

Como referi, a extensão do artigo não permite um alargamento do tema consentâneo com o trabalho desenvolvido. Não obstante, é possível retornar ao cruzamento que efectuámos entre o capital social e o tempo para percebermos que o facto de serem mencionadas as relações privilegiadas com pessoas que têm poder não é “estranho” ao campo académico, nem do ponto de vista teórico, nem do ponto de vista da *praxis*. Na mesma linha, também não o serão as apreciações sobre os factores que afectam a duração dos doutoramentos, mormente a ida para o estrangeiro, que configurando práticas de subversão em relação aos contextos nacionais, se apresenta ela própria como uma acção de *network*, como acaba por ser a referência ao “apoio dos orientadores”, este sim configurando o peso do patrocínio, mas revalidando a pertinência de existirem práticas de continuidade pedagógica assentes em redes que suportem o desenvolvimento da sociedade de conhecimento e informação. Neste ponto em particular, gostaria ainda de realçar a importância que adquire o facto de os resultados do questionário aplicado indicarem, por um lado, que os docentes que realizaram ou estão que a realizar doutoramento o fazem no mesmo departamento e na mesma universidade a que pertencem e, por outro, que recorreram com maior frequência, a professores orientadores do mesmo departamento ou escola. Além disso, a maioria dos docentes dá conta do facto do tema de doutoramento da sua investigação ter sido definido por si ou em colaboração com o orientador sendo que classificam o processo de desenvolvimento da investigação como eminentemente individual. Nesta linha, ainda que os resultados do questionário não sejam passíveis de generalização, são elucidativos quanto à experiência ainda muito individualizada da investigação e do trabalho académico. Indo um pouco mais além da interpretação mais crítica sobre o capital social, resta pertinente observar, na esteira de (1998), que o caminho do desenvolvimento da investigação, que

conta com as contribuições de mestrado e de doutoramento, se abre na expectativa do trabalho em rede e, portanto, na gestão dos laços fracos de que falava antes, não por parte dos indivíduo tomados isoladamente, mas da parte de equipas e de grupos que aqueles integrem diariamente. Nesta perspectiva, a apreciação sobre o peso das “relações privilegiadas” desencanta-se de grande parte da áurea legitimadora para dar conta de uma necessidade justificada pelas teorias da gestão universitária.

Numa outra parte, de exposição oral, teremos oportunidade de confrontar as ideias expressas até agora, através da observação das principais regularidades quanto às representações.

Referências

ADAM, Frane *et* RONCEVI, Borut (2003), “Social capital: recent debates and research trends”, *Social Science Information*, 42(2), pp. 155-183

ARAUJO, Emília (2004), “A sevicia das categorias – breve contribuição para o estudo dos usos e representações do tempo por parte das mulheres académicas”, *Sociedade e Cultura* 5, *Cadernos do Noroeste, Série de Sociologia*, 21(1-2), pp.107-140

BECHER, T. (1996) *Academic tribes and territories, intellectual enquiry and the cultures of disciplines*, Society for Higher education

BOISJOLY, Johanne, DUNCAN, Greg J. *et* HOFFERTH, Sandra (1995), “Access to social capital”, *Journal of Family Issues*, vol. 16(5), pp. 609-631

BOURDIEU, P. (1976), "Le champ scientifique", *Actes de la Recherche en Scinces Sociales*, 2/3.

BOURDIEU, P. (1984), *Homo academicus*, Paris, Seuil

BOURDIEU, P., PASSERON, J.C. (1993), *La reproduction : éléments pour une théorie du système d'enseignement*, Paris, Minuit

BURT, Ronald S. (1998), “The gender of social capital”, *Rationality and society*, 10(1), pp. 5-46

CARDOSO, Irene (s/d), “O discurso da Universidade”, *Tempo Social*, 10(12)

CASTELLS, Manuel (2001), *A sociedade em rede*, S. Paulo, Paz e Terra

DELAMONT, S. A., Paul & PARRY, Odette (1997), "Critical Mass and Doctoral Research: reflections on the Harris Report", *Society for Research into Higher Education*, 22(3), pp. 319-331.

GALINDO-RUEDA, Fernando *et* VIGNOLES, Anna, *Class ridden meritocratic? Na economic Analysis of recent changes in Britain*, disponível em:www.

LAUER, (1981), *The Temporal Man*, New Yorq, Praeger

LEWIS, J. Davis et WEIGERT, Andrew J. (1981), “Structures and Meanings of Social time”, *Social Forces*, 2, pp. 432-462

MERCER, David (1999), “Demographic and Social Trends Issue Paper: The Future of Education in Europe until 2010”, European Commission Directorate – general JRC, Joint research centre, Institute for Prospective Technological Studies (Seville), TECS – Futures Programme, <http://futures.jrc.es>

MOLLERING, Guido (2001) “The nature of trust: from George Simmel to a theory of expectation, interpretation and suspension”, *Sociology*, vol. 35, nº2, pp. 403-420

NARAYAN, Deepa et CASSIDY, Michael F (2001), “A dimensional approach to measuring social capital: development and validation of a social capital inventory”, *Current Sociology*, 49(2), pp. 59-102

PORTES, A.(1998), “Social capital: its origins and applications in modern sociology”, *Annual Review of Sociology*, 24, pp.1-24

SANDEFUR, Rebecca et LAUMANN, Edward O. (1998), “A paradigm for social capital”, *Rationality and society*, 10(4), pp. 481-501

SERON, Carrol et FERRIS, Herry, (1995), “Negotiating professionalism: the gendered social capital of flexible time”, *Work and occupations*, 22(11), pp. 22-47

WALTERS, William (2002), “Social capital and political sociology: re- imaging politics?”, *Sociology*, 36(2), pp. 377-397

WELLMAN, Barry, HAASE, Annabel, WITTE, James et HAMPTON, Keith (2001), “Does the internet increase, decrease or supplement social capital?”, *American Behavioural Scientist*, 45(3), pp. 436-455